

divisão de recursos humanos da Junta de Freguesia de Santo António, sita na Rua Alexandre Herculano, n.º 46, 3.º, em Lisboa, e publicada na página eletrónica da autarquia (<http://www.jfsantoantonio.pt/>).

Mais se notifica que dispõem de um prazo de dez dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, para, querendo, se pronunciarem em sede de audiência dos interessados, devendo para tal utilizar o modelo de formulário aprovado por despacho do Ministro de Estado e das Finanças — Despacho n.º 11321/2009, de 29 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio, também disponível em <http://www.jfsantoantonio.pt/>.

16 de novembro de 2017. — O Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, *Vasco Morgado*.

310932313

## SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ALCobaça

### Aviso n.º 14780/2017

#### Nomeação em comissão de serviço de dirigentes intermédios de 2.º grau

Nos termos do prescrito no n.º 11, artigo 21.º da Lei n.º 02/2004, de 15/01, na redação atual, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29/08, tornam-se públicas as seguintes nomeações em cargos de direção intermédia de 2.º grau:

José Manuel Braga Rilho, designado para o cargo de Diretor Delegado, por deliberação do Conselho de Administração em reunião ordinária de 9 de novembro, conforme o previsto no n.º 9, artigo 21.º da Lei n.º 02/2004 de 15/01, na sua redação atual, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012 de 29/08, com efeito à data da deliberação.

Fundamentação: No âmbito do procedimento concursal para provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de Diretor Delegado dos Serviços Municipalizados de Alcobaça, cujo anúncio publicado no Jornal de Notícias a 29 de maio de 2017, bem assim, o aviso n.º 5851/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de maio e a oferta da vaga publicitada na Bolsa de Emprego Público sob o código OE201705/0375, foi selecionado o candidato José Manuel Braga Rilho, porque fez prova de todos os requisitos legais para o provimento do lugar em questão, nomeadamente, ter revelado possuir as aptidões exigidas, evidenciando experiência profissional e formação, bem como conhecimentos, interesse e visão estratégica sobre estes serviços e a forma de concretizar a respetiva missão.

#### Curriculum académico e profissional do designado

##### Curriculum Académico:

Licenciatura em Engenharia Civil na Universidade Fernando Pessoa, Porto;

Frequência de pós-graduação em Engenharia Municipal e Sanitária na Universidade Católica Portuguesa.

Seminário de Alta Direção em Administração Local ministrado pelo CEFA

##### Curriculum Profissional

1981/1982 — Professor de Matemática — Escola Secundária n.º 1, Figueira da Foz

1982/1983 — Professor de Educação Visual — Escola Secundária de Oliveira do Hospital

1983/1984 — Engenheiro Técnico de 2.ª classe — Serviços Municipalizados de Alcobaça

1984-1987 — Engenheiro Técnico de 1.ª classe — Serviços Municipalizados de Alcobaça

1987/1990 — Chefe de Serviços de Água dos Serviços Municipalizados de Alcobaça

1990-2013 — Diretor Delegado — Serviços Municipalizados de Alcobaça

2013-2017 — Diretor Delegado (regime de substituição) — Serviços Municipalizados de Alcobaça

Participação em diversos cursos e seminários, com incidências nas áreas de contratação pública, engenharia civil e modernização administrativa.

Inês Bagagem Vaz, designada para o cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, por deliberação do Conselho de Administração em reunião de 6 de setembro, de 2017, conforme previsto

no n.º 9, artigo 21.º da Lei n.º 02/2004 de 15/01, na sua redação atual, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012 de 29/08, com efeito à data da deliberação.

Fundamentação: No âmbito do procedimento concursal para provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira dos Serviços Municipalizados de Alcobaça, cujo anúncio publicado no Jornal de Notícias a 29 de maio de 2017, bem assim, o aviso n.º 5851/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de maio e a oferta da vaga publicitada na Bolsa de Emprego Público sob o código OE201705/0373, a 25 de maio de 2017, foi selecionada a candidata Inês Bagagem Vaz, porque fez prova de todos os requisitos legais para o provimento do lugar em questão, nomeadamente, ter revelado possuir as aptidões exigidas para o exercício do mencionado cargo.

#### Curriculum académico e profissional da designada

##### Curriculum Académico:

Licenciatura em Gestão pela Universidade Autónoma de Lisboa  
Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL)  
Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças Públicas Locais

##### Curriculum Profissional

1995-2002 — Professora do curso tecnológico de administração no Externato D. Fuas Roupinho;

1998-2002 — Técnica superior de Gestão no Gabinete de Estudos e Projeto da Associação Comercial, de Serviços e Industrial de Alcobaça (a tempo parcial);

2002-2008 — Técnica superior de 2.ª classe — Serviços Municipalizados de Alcobaça

2008-2010 — Técnica Superior de 1.ª classe — Serviços Municipalizados de Alcobaça

2010-2013 — Chefe de Divisão Administrativa e Financeira — Serviços Municipalizados de Alcobaça

2013-2017 — Chefe de Divisão Administrativa e Financeira (em regime de substituição) — Serviços Municipalizados de Alcobaça.

Participação em diversos cursos e colóquios, com incidências nas áreas de gestão e modernização administrativa.

Rui Miguel Ferreira da Graça, designado para o cargo de Chefe de Divisão Técnica de Água e Saneamento, por deliberação do Conselho de Administração em reunião de 6 de setembro de 2017, conforme previsto no n.º 9, artigo 21.º da Lei n.º 02/2004 de 15/01, na sua redação atual, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012 de 29/08, com efeito à data da deliberação.

Fundamentação: No âmbito do procedimento concursal para provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de Chefe de Divisão Técnica de Água e Saneamento dos Serviços Municipalizados de Alcobaça, cujo anúncio publicado no Jornal de Notícias a 29 de maio de 2017, bem assim, o aviso n.º 5851/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de maio e a oferta da vaga publicitada na Bolsa de Emprego Público sob o código OE201705/0373, a 25 de maio de 2017, foi selecionado o candidato Rui Miguel Ferreira da Graça, porque fez prova de todos os requisitos legais para o provimento do lugar em questão, nomeadamente, ter revelado possuir as aptidões exigidas para o exercício do mencionado cargo.

#### Curriculum académico e profissional do designado

##### Curriculum Académico:

Licenciatura em Engenharia Civil — Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Curso de Projetista de Redes de Gás — ITG (Instituto Tecnológico de Gás);

Curso de Avaliação Imobiliária reconhecido pela CMVM — ESAI (Escola Superior de Atividades Imobiliárias)

Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL);

##### Curriculum Profissional

2000-2003 — Direção Técnica de obras de construção civil — SCAF — Sociedade de Construções Aquino & Filho, L.<sup>da</sup>

2000-2007 — Coordenação de projeto e direção de obra — Humberto Alves e Filhos — Sociedade de Construção L.<sup>da</sup> (a tempo parcial);

2003-2008 — Técnico Superior de 2.ª classe; Serviços Municipalizados de Alcobaça

2008-2010 — Técnica Superior de 1.ª classe — Serviços Municipalizados de Alcobaça

2010-2013 — Chefe de Divisão Técnica de Água e Saneamento — Serviços Municipalizados de Alcobaça

2013-2017 — Chefe de Divisão Técnica de Água e Saneamento (em regime de substituição) — Serviços Municipalizados de Alcobaça.

Participação em diversos cursos e seminários, com incidências nas áreas de contratação pública e engenharia civil.

16 de novembro de 2017. — O Presidente do Conselho de Administração, *Paulo Jorge Marques Inácio*.

310933845



## PARTE J1

### JUSTIÇA

#### Direção-Geral da Política de Justiça

##### Aviso (extrato) n.º 14781/2017

#### Procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe da Divisão dos Julgados de Paz e da Mediação do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

1 — Nos termos do disposto no artigo 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, faz-se público que, autorizado por despacho da Diretora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, de 16 de outubro de 2017, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicitação na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de Chefe da Divisão dos Julgados de Paz e da Mediação do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

2 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Área de atuação — artigo 4.º da Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro, e Despacho n.º 16290/2012, de 21 de dezembro.

4 — Requisitos formais de provimento — artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, conjugados com as disposições constantes da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

5 — Perfil pretendido:

- a) Habilitação literária, ao nível de Licenciatura em Direito, ou superior, na mesma área;
- b) Bons conhecimentos sobre o funcionamento e atuação dos vários sistemas de mediação;
- c) Bons conhecimentos sobre o funcionamento e atuação dos Julgados de Paz;
- d) Experiência no processo de recrutamento de Juizes de Paz e de Mediadores;
- e) Experiência na recolha, tratamento e divulgação de informação estatística.

6 — Métodos de seleção — avaliação curricular e entrevista pública.

7 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista pública, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam da Ata n.º 1 do presente procedimento concursal, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

8 — A seleção dos candidatos será efetuada com base na avaliação curricular, com caráter eliminatório, complementada com entrevista pública. Apenas os candidatos aprovados, com classificação não inferior a 9,5 valores, na avaliação curricular, serão contactados para a realização da referida entrevista pública.

9 — Os resultados obtidos na aplicação dos métodos de seleção serão expressos numa escala de 0 a 20 valores, considerada até às centésimas, bem como a classificação final, a qual resultará da média aritmética das classificações obtidas nos dois métodos de seleção, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{AC + EP}{2}$$

10 — Formalização das candidaturas — mediante requerimento, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, dirigido à Diretora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, remetido pelo correio com aviso de receção e expedido até ao termo do prazo limite para apresentação das candidaturas ou entregue pessoalmente, no mesmo prazo, na Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Piso 3, Campus da Justiça, 1990-097 Lisboa, durante o horário compreendido entre as 9h e 30 m e as 12h e 30 m e as 14h 30 m e as 17h 30 m, em envelope fechado, com referência expressa a “Procedimento concursal”.

11 — O requerimento deve indicar os elementos necessários para uma correta apreciação da candidatura, e deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum Vitae* do(a) candidato(a), atualizado, datado e assinado;
- b) Declaração emitida pelo serviço a que o(a) candidato(a) pertence, devidamente autenticada e atualizada, da qual conste de maneira inequívoca a natureza do vínculo à Administração Pública, a antiguidade na função pública, na carreira e na categoria;
- c) Declaração emitida pelo serviço a que o(a) candidato(a) pertence, devidamente autenticada e atualizada, da qual conste de maneira inequívoca o conteúdo funcional do posto de trabalho que ocupa atualmente;
- d) Fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias;
- e) Fotocópias dos documentos comprovativos das ações de formação realizadas;
- f) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão.

11.1 — A não entrega das fotocópias dos documentos comprovativos das ações de formação realizadas, tem com consequência a sua não valoração no método de seleção avaliação curricular.

12 — Composição do Júri:

Presidente — Licenciado Renato Jorge dos Santos Carvalho Gonçalves, Subdiretor-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça; Vogais:

Licenciada Maria do Carmo da Cunha Viana, Coordenadora do Núcleo de Custas Processuais e Apoio Judiciário do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça I. P. do Ministério da Justiça;

Doutor Filipe Daniel Arede Nunes, Docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

13 — Publicitação — de acordo com o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, o Aviso do presente procedimento concursal será publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP), durante 10 dias úteis, e em órgão de imprensa de expansão nacional.

16 de novembro de 2017. — A Diretora-Geral, *Susana Antas Videira*.  
310935205